

Politécnico está na linha da frente

SEGURANÇA Escolas de Tecnologia, Artes e Saúde já têm medidas de auto proteção, estando em preparação os planos para os restantes edifícios do IPCB.

Lídia Barata

lidia.barata@reconquista.pt

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2018 determina um conjunto de iniciativas sobre a divulgação, verificação e cumprimento do regime jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE). Este foi também o mote para o seminário que decorreu quarta-feira, dia 23 de maio, na Escola Superior de Tecnologia (EST) do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), organizado em parceria com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Castelo Branco.

Para salvaguardar a segurança das pessoas e bens foi desenvolvido ao longo das últimas décadas "um conjunto de normas na área da SCIE, que visam reduzir a probabilidade de ocorrência de incêndios; limitar o desenvolvimento de eventuais incêndios, circunscrevendo e minimizando os seus efeitos; facilitar a evacuação e o salvamento dos ocupantes em risco; e permitir a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro".

O responsável por garantir a existência e funcionamento das medidas de autoproteção, integradas neste plano em edifícios e recintos, é sempre do proprietário, cabendo a entidades como os municípios, a ordem dos arquitetos,



Rede de edifícios do IPCB vão ter medidas de auto proteção

ordem dos engenheiros ou a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) a fiscalização, consoante o grupo de risco em que se inserem. Os edifícios, recintos ou estabelecimentos estão divididos por utilizações-tipo, sendo "escolares", "hospitalares e lares de idosos", "espetáculos e reuniões públicas" e "desportivos e de lazer", devendo num prazo de 90 dias, comunicar à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) ou à respetiva câmara municipal, a situação de cumprimento do regime jurídico de segurança contra incêndio. A legislação e os procedimentos sobre o planeamento da SCIE foram esmiuçados por Mário Grilo, coordenador do Gabinete de SCIE do Agrupamento Centro Sul da ANPC.

António Fernandes, pre-

sidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, manifestou a importância do tema, dando conta que a Escola Superior de Tecnologia, a de Saúde e das Artes "já têm plano de SCIE, um trabalho que é para alargar às residências de estudantes, aos serviços centrais e às restantes escolas", destacando ainda a colaboração que tem havido entre o IPCB e o CDOS, que "é para manter e reforçar, no sentido de dar seguimento a este investimento na segurança de todos os que estudam e trabalham no Politécnico". Deixa por isso uma palavra de "estímulo às escolas que ainda não têm este documento das medidas de auto proteção, no sentido de mostrar que o IPCB é também uma referência em matéria de segurança".

Francisco Peraboa, comandante operacional distri-

tal (Codis) da ANPC de Castelo Branco, destacou o papel desta entidade na SCIE e concordou com o presidente do IPCB quando diz que "a implementação destas medidas são um investimento e não um custo", realçando "a importância das pessoas perceberem não só o que são as medidas de auto proteção, mas que tenham a perceção dessas medidas, no seu dia-a-dia", reiterando que "também o CDOS está aberto a toda a comunidade para esclarecer e ajudar os cidadãos e outras entidades a fazer as coisas da melhor forma possível".

Francisco Lucas, delegado da segurança da EST abordou as medidas de autoproteção que já foram implementadas no estabelecimento, enquanto o 2.º Codis, Amândio Nunes, se referiu à fiscalização e à resposta.